

INTRODUÇÃO

Este livro é uma versão da minha tese de “Habilitação” (*Venia Docendi*) cumulativa em Antropologia Social e Cultural, defendida na Universidade de Viena em 9 de novembro de 2021, modificada de forma a ser publicada em português. Os dados etnográficos que sustentam os argumentos que apresento aqui foram coletados durante 15 anos, entre 2005 e 2020. No entanto, o livro em si concentra-se nos desenvolvimentos teórico-metodológicos de minha pesquisa de longo prazo sobre processos de pertencimento e organização social entre migrantes árabes forçados, apenas entre a defesa da minha tese de doutorado, ao final de 2010, e a submissão da minha tese de Habilitação, em dezembro de 2020. Esses desenvolvimentos contribuem para a antropologia social e cultural em geral, por meio de muitos de seus subcampos, como justificarei a seguir. Etnograficamente, este livro contribui para o estudo empírico de diversos grupos de migrantes árabes forçados, com ênfase em palestinos, mas também incluindo sírios e iraquianos, em contextos tão diversos como os do Líbano, Palestina, Brasil, Dinamarca e Áustria.

As experiências dos meus interlocutores árabes migrantes forçados foram muito diversas, não apenas devido às suas diferentes origens, mas também à miríade de contextos em que estavam inseridos. No entanto, minha pesquisa também encontrou tendências gerais influenciando os processos de pertencimento e organização social em

todos os contextos analisados. Essas tendências relacionavam-se, por um lado, com as realidades e processos históricos sociais globais, como o colonialismo e o pós-colonialismo; o modelo do estado-nação e a intervenção humanitária; o contexto de guerra e conflito no Oriente Médio entre 2010 e 2020 e seus desdobramentos em todo o mundo. Por outro lado, também se relacionavam com processos sociopsicológicos comuns aos migrantes forçados, e a visões de mundo e expressões de conhecimento¹ árabes e outras palestinas. Este livro apresenta mecanismos através dos quais essas tendências globais gerais interagiram com outras contextuais e socialmente específicas, gerando diversas situações sociais muitas vezes decorrentes de processos sociais semelhantes e experienciados a partir de um repertório social compartilhado, mas também polifônico e disputado.

PANORAMA TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este livro busca contribuir para a discussão acadêmica sobre processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes por meio de uma série de subtópicos implexos que enlaçam seus capítulos. Esta introdução identifica subtópicos gerais, justificando como se relacionam com a perspectiva de pesquisa mais ampla que venho desenvolvendo ao longo dos anos. Aliadas ao conceito mais geral de “espaço subjuntivo” que tinge o pano de fundo de todas as publicações aqui contidas e desenvolvido mais explicitamente nesta introdução, as principais contribuições para a literatura geral sobre antropologia social e cultural contidas aqui se aglutinam em torno de

¹ Enquanto visões de mundo e experiências coletivas particulares ao grupo, ou ao que muitos antropólogos chamariam então de “cultura”.

alguns tropos. São estes: comparação antropológica; interseccionalidade²; suspeita e confiança; antropologia de campos de refugiados; regimes de refugiados, humanitarismo e tutela; crise de refugiados na Europa; e, finalmente, integração e encontro.

a) Comparação Antropológica

Crítica, Comparação, Sofrimento e Oriente Médio (Schiocchet, 2018) retorna aos próprios fundamentos epistemológicos da antropologia. Questiona se a antropologia contemporânea do Oriente Médio, incluindo pesquisas sobre árabes – migrantes forçados ou não – perdeu muito de seu potencial analítico ao evitar a comparação como “desumanizante”, inerentemente imperialista e desvinculada da realidade por ser demais abstrata. Meu argumento é que essa suposição havia se tornado amplamente popular por meio de uma importante crítica pós-colonial da antropologia antes da década de 1980, amplamente consagrada na antropologia do sofrimento. De acordo com essa perspectiva, o sofrimento é em grande parte incomensurável, e a única maneira de compreender o sofrimento é por meio da estratégia etnográfica que chamei de “particularismo radical”, que visa, meramente, “dar voz” e “contexto” ao sujeito sofredor. Essa antropologia do sofrimento, por sua vez, inspirou-se muito em autores como Edward Said e Talal Asad (muito embora este último não possa ser

² Neste livro, mantenho o termo “interseccionalidade”, ainda que não seja dado lugar especial a questões de gênero. Isto porque, muito embora antropólogos tenham trabalhado com a complexidade de variáveis de pertencimento e identidade social há décadas, o conceito desenvolvido no seio de estudos de gênero nos permite nomear e assim discutir o tópico com maior facilidade. Em outras palavras, ainda que minha discussão em si não tenha se originado por meio de discussões de gênero, uso o termo como reconhecimento da contribuição do termo (e da discussão em torno dele) à própria antropologia contemporânea.

entendido enquanto um representante dessa tendência), que se concentraram no Oriente Médio ou no Islã. Assim, esse tropo tornou-se especialmente popular na antropologia do Oriente Médio, como evidenciado nos trabalhos mais antigos de Lila Abu-Lughod, mas influenciou fortemente a antropologia em geral. Sustentei que, embora grande parte da crítica consagrada na antropologia do sofrimento fosse essencial para a antropologia contemporânea, o argumento de evitar radicalmente a comparação antropológica não estava bem justificado e precisava de revisão. Minha conclusão foi que os antropólogos são verdadeiramente localizados e engajados apenas quando tanto o contexto quanto a comparação são parte integrante de suas análises. Embora a crítica sociocultural deva permanecer parte integrante da antropologia, a comparação qualificada não é necessariamente uma ferramenta para desengajamento político e especulação infundada, mas é intrínseca à própria crítica sociocultural, independentemente da direção da crítica (“Razão Ocidental” ou não). Esse princípio da comparação analítica é abertamente problematizado em detalhes apenas no capítulo acima mencionado. Entretanto, é de fato a base epistemológica a partir da qual erigi meu amplo programa de pesquisa pessoal, bem como este livro como um todo.

b) *Interseccionalidade*

Minha primeira elaboração do fundamento comparativo acima mencionado é uma perspectiva de ritualização amplamente informada pelo princípio hoje mais conhecido como interseccionalidade. Essa perspectiva de ritualização foi desenvolvida originalmente em minha

tese de doutorado por meio do conceito principal de “ritmo/tempo ritual” (em inglês, *ritual tempo*) e consolidada em *Living in Refuge: Ritualization and Religiosity in a Christian and a Muslim Palestinian Refugee Camp in Lebanon* (Schiocchet, 2022). Alguns dos capítulos deste presente livro exploram e desenvolvem elementos importantes do conceito de tempo ritual. Nestes capítulos, a interseccionalidade é expressa principalmente através da ideia de um “espaço subjuntivo”, muito inspirado no conceito de “modo subjuntivo” (*subjunctive mood*³), de Lena Jayyusi (2007). O espaço subjuntivo fundamenta a comparação qualificada entre todos os estudos de caso que compõem esta tese, na medida em que não pressupõe nem um espaço coletivo homogêneo habitado por uma dada comunidade imaginada, nem completa desconexão entre os diferentes contextos que envolvem essa dada comunidade. Ao contrário, assume esse espaço como polifônico, dinâmico, contestado e vinculado a processos globais e eventos históricos irredutíveis a contextos específicos. Assim, ofereceu-me uma janela privilegiada para os processos de pertencimento social que criam, mantêm e transformam um senso de coletivo e como esses coletivos ganham ou perdem corporalidade, informando as dinâmicas de organização social discutidas em cada um dos casos explorados nos capítulos que seguem. Sugiro que, nesses espaços subjuntivos, pesquisadores podem encontrar elementos importantes que definem a experiência subjetiva e a agência informativa entre seus interlocutores.

Entre refugiados palestinos no Líbano, palestinos reassentados do Iraque no Brasil e palestinos na Dinamarca, entendi que um desses

³ Em inglês, muito embora o conceito esteja diretamente ligado ao conceito gramatical de “modo verbal” subjuntivo, o termo *mood* também evoca as ideias de disposição, atmosfera, estado de espírito e tom, que são importantíssimas na forma como desenvolvo o conceito de “espaço subjuntivo”.

elementos era a ideia de *şumūd*⁴, como evidenciado em *Perseverança Palestina como Missão* (Schiocchet, 2015). *Şumūd* evoca tanto atributos islâmicos não particulares aos palestinos, quanto experiências e disposições incorporadas particulares a palestinos muçulmanos e cristãos, independentemente de seu compromisso com a religiosidade⁵. Tem fortes implicações contextuais e subjetivas, mas também está inserido em discursos e práticas que vão além de contextos religiosos, nacionais e locais específicos. *Şumūd* tende a assumir um papel mais central especialmente entre os refugiados palestinos, pois oferece uma estrutura poderosa para organizar a vida em torno do deslocamento prolongado. Todavia, não foi comumente expresso por outros refugiados árabes não palestinos, como os sírios e iraquianos entre os quais estudei. Nesse sentido, *şumūd* cruzou principalmente religião, migração forçada e nacionalidade entre os palestinos, de maneiras diferentes, de acordo com os contextos que analisei. Estava embutido na própria ideia de palestinidade. *Şumūd* foi particularmente difundido entre os refugiados palestinos porque serviu como uma injunção subjuntiva para o passado, presente e futuro, e a vida como vivida e enquanto destino moral. Como tal, também serve como um local privilegiado para entender como categorias heurísticas – religião, etnia, nacionalidade, gênero, status social e outras – se cruzam na prática. Em outras palavras, *şumūd* é um exemplo de conceito mobilizado pelos meus próprios interlocutores que instrumentalizou minha abordagem interseccional. *Ghurba*, em *Bem-Estar como Chave para o Encontro entre*

⁴ Um conceito árabe de difícil tradução ao português que, por enquanto, definirei como invocando imperativos morais associados à perseverança e à força de vontade em manter compromissos identitários, no caso palestino, sobretudo aqueles ligados à religião e ao nacionalismo.

⁵ Quer dizer, o que no Brasil comumente se refere como quão “praticantes” são estes sujeitos.

os *Refugiados de Língua Árabe e a Áustria* (Schiocchet, 2019a), foi outro desses conceitos. Assim como o conceito de “fatos sociais totais” de Marcel Mauss (1990), esses conceitos foram nexos privilegiados para entender a dinâmica entre concepção e agência, razão prática e imperativos morais e, mais amplamente, entre pertencimento e organização social.

c) Suspeita e Confiança

Minha atenção à dinâmica entre suspeita e confiança foi diretamente desenvolvida em dois capítulos incluídos neste livro: *Suspeita e Economia da Confiança entre Refugiados Palestinos no Líbano* (Schiocchet, 2014a) e *Ensaio sobre uma Antropologia do Fiduciário* (Schiocchet, 2017c). Assim como no caso da interseccionalidade, minha motivação subjacente para desenvolver um trabalho acadêmico sobre esse tema foi encontrar elementos pervasivos que influenciam dinâmicas de pertencimento e organização social particulares aos casos analisados. Como argumento nos capítulos acima mencionados, as dinâmicas de suspeita e confiança foram intensificadas entre os refugiados palestinos principalmente devido à condição de refugiado, mas estavam presentes em um idioma cultural compartilhado por meio de um espaço subjuntivo e ganharam forma e expressão de contorno diferente em relação a contexto e subjetividade grupal e individual. Isso sugere que dinâmicas de suspeita e confiança podem ser importantes para entender os processos de pertencimento social e organização também entre outros migrantes forçados. Ainda que não tenha desenvolvido esse tema diretamente em outros capítulos deste livro,

minha experiência etnográfica entre outros migrantes forçados árabes corrobora essa hipótese.

Entre palestinos do Iraque reassentados no Brasil, dinâmicas de suspeita e confiança estiveram no centro dos processos de pertencimento e organização social. Isso se refletiu em como o grupo heterogêneo de refugiados navegou no processo de reassentamento e na forma como articularam suas relações com as gerações de árabes-brasileiros estabelecidos e representações políticas e sociais, movimentos sociais e partidos políticos brasileiros. A alternância entre a suspeita generalizada contra o próprio processo de reassentamento e a contínua renegociação da confiança com determinados atores sociais implicou não apenas razão prática, mas também significativo esforço afetivo na gestão de imperativos morais associados a categorias nacionais, étnicas e políticas de pertencimento. O mesmo aconteceu com outros migrantes forçados árabes na Dinamarca e na Áustria, como evidenciado particularmente em meu trabalho sobre migrantes forçados árabes na Europa após o chamado “Verão da Migração/do Refúgio”, em 2015.

Como afirmam os dois capítulos acima mencionados, “*entrustments*” (mais do que simplesmente “incumbências” em português, significando atribuição de confiança de forma geral) são importantes em todos os lugares e estão na base de todos os processos de pertencimento social e organização. No entanto, são particularmente importantes nos casos apresentados neste livro porque tais casos foram bastante caracterizados pela alta insegurança e pela necessidade de gerenciar o pertencimento social e a corporalidade dos grupos em ambientes novos, estrangeiros e frequentemente hostis. Nesses casos, a

necessidade de “integração”, muitas vezes imposta como condição de permanência em determinado país de acolhimento, implicou ter que incorporar, pelo menos parcialmente, novas lealdades e formas de habitar um destino moral. Em outras palavras, insegurança aguda e a subjacente necessidade radical de reformular o pertencimento social levaram os migrantes árabes forçados em todos os casos analisados a colocar as dinâmicas de suspeita e confiança em primeiro plano em seus processos de pertencimento e organização social. No caso dinamarquês, esse impulso foi extremo, a ponto de gerar forte resistência e ruptura, sobretudo entre a segunda geração de imigrantes. Paralelos importantes podem ser traçados aqui, por exemplo, com o caso das minorias muçulmanas no Reino Unido e na França (particularmente entre os magrebinos, neste último). Isso não aconteceu na mesma medida com os palestinos estabelecidos na Áustria, mas só o tempo dirá como os casos mais recentes, em especial os de refugiados do conflito sírio, podem se desenrolar. Assim, embora minha contribuição para este tópico tenha sido baseada nos casos empíricos de migrantes forçados árabes, sugiro que ele tem implicações teóricas mais amplas e forte potencial para informar positivamente políticas públicas de migração.

d) Antropologia de Campos de Refugiado

Minha contribuição para o estudo antropológico de campos de refugiados se manifesta diretamente em muitos dos capítulos deste livro. Abrange meu trabalho etnográfico e analítico nos campos de Al-Jalil⁶ e Dbayeh, em especial, e nos campos de refugiados palestinos no

⁶ Neste livro, optei por não utilizar diacríticos para a transliteração de nomes pessoais e localidades em geral, sempre que estes nomes sejam assim conhecidos (no alfabeto latino) em inglês.

Líbano em geral. Embora a maioria dos trabalhos sobre campos de refugiados palestinos enfatize grandes campos localizados ao redor de grandes cidades, optei por me concentrar em dois dos menores campos do país, onde pouca ou nenhuma observação participante dedicada de longo prazo havia sido realizada até então. Al-Jalil levou-me a refletir sobretudo sobre os efeitos da forte relação entre os habitantes, quando comparado a campos maiores e mais abertos, como Shatila, Beddawi ou Rashidieh. Dbayeh, por outro lado, me levou a refletir mais sobre os efeitos do ambiente heterogêneo do campo, sobre sua forte dependência ao ambiente libanês e sobre seu relativo isolamento em relação aos outros campos. Minha experiência etnográfica adicional em outros campos no Líbano (especialmente em Shatila), Síria, Jordânia e Palestina, e entre os residentes de campos que vivem em outros lugares no Líbano ou no exterior, levou essas questões adiante e incitou novas questões.

Minha comparação etnográfica mais ampla entre campos de refugiados impulsionou minha reflexão sobre a natureza dos campos e sobre seus efeitos nos processos de pertencimento e organização social entre refugiados palestinos no Líbano e além, incluindo residentes registrados em campos, mas habitando a Dinamarca, a Áustria e o Brasil. Foi essa comparação que primeiro instigou meu emprego e desenvolvimento do conceito de espaço subjuntivo, em um esforço para explicar como elementos da palestinação – gestados de forma significativa nos campos de refugiados palestinos no Líbano durante os anos da OLP – foram compartilhados, negociados e expressos para além das fronteiras físicas dos campos. Foi também essa reflexão sobre a comparação entre campos de refugiados que instigou meu emprego de

uma abordagem interseccional capaz de dar sentido aos ambientes complexos e à infinita diversidade virtual que testemunhei. Como tal, a natureza de minha reflexão comparativa sobre campos de refugiados também se manifesta fortemente em meu trabalho sobre refugiados árabes fora dos campos, por exemplo, informando minha compreensão de pertencimento social e organização entre refugiados palestinos do conflito sírio na Áustria.

No entanto, minha contribuição para o estudo antropológico dos campos de refugiados é, talvez, mais evidente em *À Beira de um Estado de Exceção? Áustria, Europa e a Crise de Refugiados* (2016) e *Refugiados Palestinos no Líbano: O Campo de Refugiados como Espaço de Exceção?* (2014b). Estes capítulos problematizam diretamente o estudo dos campos de refugiados como ambientes irredutíveis a outros ambientes urbanos ou rurais e, com isso, as vantagens e desvantagens de subsumir os estudos de migração forçada aos estudos de migração e as limitações da perspectiva Agamben-Agier ao assumir os campos como espaços de exceção, que na época das publicações originais acima mencionadas era a perspectiva dominante.

e) Regimes de Refugiado, Humanitarismo e Tutela

Estudar as implicações da vida em campos de refugiados envolve estudar os regimes de refugiados e o humanitarismo. A etnografia dos campos de refugiados implica estudar o espaço relativo da agência de refugiados em relação aos regimes que regulam suas vidas. Muito tem sido escrito sobre a conexão entre humanitarismo e regimes de refugiados, e meu trabalho anterior sobre o tema é contemporâneo de

muitas dessas publicações. Como este livro sugere, minhas contribuições para este tópico foram tanto etnográficas quanto teóricas. Etnograficamente, contribuí para a literatura através das muitas situações de trabalho de campo que analisei, todas elas focalizando diferentes grupos de migrantes forçados árabes. Em termos teóricos, muito do meu esforço tem sido voltado para a construção de ferramentas acadêmicas para conectar duas linhas de pensamento: por um lado, a atenção antropológica contemporânea aos detalhes, que muitas vezes desconsidera a comparação, denominadores comuns e processos globais para focar na diversidade e singularidade de experiências dos sujeitos – como justifiquei em *Crítica, Comparação, Sofrimento e Oriente Médio* (Schicchet, 2018). Por outro lado, outras disciplinas muitas vezes tendem a generalizar as experiências dos refugiados a ponto de reificar a própria categoria “refugiado”, como aponta Liisa Malkki (1995; 1996). Uma marca de meu trabalho tem sido interrogar a natureza dos mecanismos convergentes que permitem ao mesmo tempo elementos comuns aos processos de migração forçada ou denominadores comuns entre os casos árabes e, concomitantemente, a diversidade e amplitude de expressões de pertencimento e organização social.

Além disso, meu estudo sobre migrantes forçados árabes, dentro e fora dos campos de refugiados, ilustrado nos capítulos que seguem, sugere fortemente que o princípio da tutela está subjacente não apenas aos regimes de refugiados, mas à própria ideia de humanitarismo. A tutela, um conceito que destaca a agência e o poder relativos, tem sido largamente ignorada nos estudos sobre migração forçada. Minha contribuição a este tópico é especialmente destacada em *Párias entre*

Indesejáveis: Refugiados Palestinos no Brasil entre o Humanitarismo e o Nacionalismo (2019c), e em *Integração e Encontro na Tutela Humanitária* (2017a). Como defendo em alguns dos capítulos deste livro, não apenas esse conceito expõe e destaca muito da razão humanitária e suas limitações, mas também tem potencial para informar políticas alternativas eficazes de migração forçada tanto em contextos internacionais quanto nacionais.

f) A Crise de Refugiados na Europa

O chamado “Verão da Migração/Verão do Refúgio”, em 2015, marca uma mudança significativa na minha carreira de pesquisa pessoal. Nessa época, eu já havia começado a passar do estudo dos campos de refugiados para o estudo dos refugiados que vivem fora dos campos em meu trabalho no Brasil, Dinamarca e Áustria. No entanto, a vinda de grande número de refugiados do conflito sírio para a Europa e, entre eles, um significativo número de refugiados palestinos, selou meus esforços de pesquisa ao menos até 2020. Na Áustria, em particular, a maioria dos acadêmicos que trabalhava no tema era especialista em migração, com pouca ou nenhuma experiência em migração forçada. Entre os poucos especialistas em migração forçada, grande parte era constituída por historiadores e especialistas em refugiados na Áustria e no Império Habsburgo. Entre os antropólogos, muitos deles tinham experiência na Áustria e nos Bálcãs, e muito poucos haviam trabalhado com migrantes forçados árabes ou no Levante.

Com o estabelecimento da *Refugee Outreach & Research Network* (ROR-n), essa experiência em campos de refugiados e refugiados no Sul

Global foi fundamental para colocar em perspectiva a chamada “crise de refugiados na Europa”. À *Beira de um Estado de Exceção? Áustria, Europa e a Crise de Refugiados* (2016), entre outras das minhas publicações originais não incluídas neste livro (Schiocchet, 2018, 2017a, 2017b), abordou diretamente o tópico em questão. Este capítulo investiga a retórica da “crise Europeia de refugiados” e se a Europa estava realmente enfrentando uma crise e, em caso afirmativo, qual seria sua natureza. Comparando dados sincrônicos e diacrônicos sobre a Europa e refugiados especialmente no *Bilad Al-Sham* (Grande Síria; Levante; Oriente Próximo), concluí que a crise “europeia” de refugiados era, acima de tudo, política, de identidade e de valores, e que a Europa estava ameaçada não pelos próprios refugiados que chegavam, mas pela forma como eles estavam sendo percebidos, categorizados e depurados. Essas conclusões foram corroboradas por grande parte da produção antropológica que se seguiu nos próximos anos.

Integração e Encontro na Tutela Humanitária (2017a); *Bem-Estar como Chave para o Encontro entre os Refugiados de Língua Árabe e a Áustria* (2019a); e *Estudos Sobre Refúgio na Áustria Hoje: de Desafios a um Horizonte de Pesquisa* (2020 - publicado em conjunto com Sabine Bauer-Amin, Maria Six-Hohenbalken e Andre Gingrich) também contribuíram para o estudo da chamada crise dos refugiados na Europa. Os dois primeiros foram baseados, principalmente, em dados etnográficos do LODA (ver Capítulo 1) para discutir como os refugiados árabes na Áustria e seus anfitriões interagiram após 2015, bem como para identificar mecanismos de inclusão e exclusão que influenciam muito a vida desses refugiados. A última publicação, por sua vez, discute a experiência de pesquisa da ROR-n na Áustria e como ela se localiza no

meio acadêmico dos estudos de refugiados neste país, ao mesmo tempo que avalia os fundamentos políticos e as implicações da retórica de “crise”.

g) Integração e encontro

Outra importante contribuição deste livro é desafiar o foco popular em “integração” dos estudos de migração forçada e oferecer uma alternativa antropológica baseada em meu amplo estudo etnográfico de migrantes forçados árabes no Oriente Médio, Brasil e Europa. Alguns dos capítulos incluídos na Parte 2 desafiaram a ideia de integração como ferramenta acadêmica, particularmente porque tem sido mobilizada por diferentes atores sociais em níveis internacional e nacional, muitas vezes criando demandas impossíveis e irracionais sobre os migrantes forçados. Os casos brasileiro, austríaco e dinamarquês aqui retratados demonstram como esse conceito tem sido mobilizado sobremaneira por governos nacionais, evocando o princípio da soberania nacional, segundo o qual os refugiados são bem-vindos à permanência desde que cumpram alguns requisitos. De forma semelhante ao próprio humanitarismo, o conceito de integração é muitas vezes mobilizado por meio da retratação da vontade do anfitrião em atender migrantes forçados a meio caminho em território neutro, quando, na verdade, subestima e oculta assimetrias estruturais. A ideia de integração não é apenas mobilizada pelos governos nacionais, mas também por muitos outros atores sociais, como ONGs, movimentos sociais, ativistas e acadêmicos. Ao contrário da aplicação *tout court* do conceito no meio

acadêmico, a disputa sobre o significado do próprio conceito e o que ele implica na prática constitui uma política saudável.

O problema para o uso acadêmico começa com o fato de que este termo por via de regra depende indistintamente do significado atribuído por uma infinidade de atores sociais, em vez de partir de uma compreensão completa dos processos de pertencimento social dos migrantes forçados, não vinculados por suas interações com um determinado estado hospedeiro. Em outras palavras, o foco na integração tipicamente implica um enquadramento *a priori* da situação analisada, em detrimento de uma investigação etnográfica meticulosa. A ideia de integração, assim, reduz tipicamente a complexidade da interação social de dois atores definidos por papéis preestabelecidos, os integradores e os que precisam integrar – definição que muitas vezes depende do nacionalismo metodológico e/ou de pressupostos sobre a homogeneidade de comunidades religiosas, étnicas, raciais etc. Tal definição, portanto, limita teleologicamente os esforços de pesquisa a determinar até que ponto o objeto da integração pode de fato se integrar e o que deve ser feito para que a integração seja bem-sucedida. Em outras palavras, enquadrar uma situação social em termos de “integração” normalmente impede o questionamento de como o termo em si não é uma categoria analítica por si só, mas uma noção primariamente definida e mobilizada de acordo com relações de poder e contextos de propósito. Além disso, esta definição subestima uma série de outros importantes tópicos de pesquisa, como os mencionados em *Estudos Sobre Refúgio na Áustria Hoje: de Desafios a um Horizonte de Pesquisa* (Schiochet et al., 2020).

Para evitar as limitações acima, em alguns capítulos desde livro, desenvolvo o que chamo de perspectiva do “encontro” e proponho uma direção programática para a antropologia da migração forçada, particularmente, mas não limitada à Europa. Tais capítulos são: *Integração e Encontro na Tutela Humanitária* (2017a); *Bem-Estar como Chave para o Encontro entre os Refugiados de Língua Árabe e a Áustria* (2019a); e *Estudos Sobre Refúgio na Áustria Hoje: de Desafios a um Horizonte de Pesquisa* (Schiocchet et al., 2020)⁷. Tanto na história quanto na antropologia de hoje, o termo “encontro”, singular, ou “encontros”, plural, ressurgiu de seu passado histórico global como uma ferramenta adaptada de amplitude local e regional mais humilde (Gammerl et al., 2019), reconhecendo muito da crítica embutida na teoria pós-colonial (especialmente a assimetria de poder inerente aos encontros através da diferença), e muito da prática de pesquisa embutida nas correntes de pensamento contemporâneas, como os Estudos Subalternos. Apesar desse uso abundante de “encontro” e de sua história relativamente longa dentro da antropologia, o termo raramente foi refletido e definido como uma categoria antropológica. No entanto, se as definições do termo encontro(s) têm sido mais frequentemente tomadas como dadas, aplicações do termo têm ajudado a moldar a antropologia de sociedades complexas e situações sociais por décadas. Em suma, o termo “encontro” já possui valor como moeda antropológica. Mesmo os usos mais evasivos parecem apontar para importantes denominadores comuns, que proponho que sejam o princípio de uma larga categoria antropológica com amplitude comparativa e poder heurístico. Meu principal esforço tem sido, assim, desemaranhar possíveis significados

⁷ Veja também Schiocchet (2019a).

atualmente atribuídos ao termo no repertório antropológico para propor uma definição de trabalho.

A perspectiva do encontro explora nuances etnográficas, históricas e teóricometodológicas no enquadramento de situações sociais complexas, onde múltiplos atores sociais engajados com diferentes tradições de conhecimento interagem entre si. Busca compreender as interações entre diferentes tradições de conhecimento e suas dinâmicas através das várias maneiras pelas quais sujeitos e objetos localizam, mobilizam e evocam diferenças por meio de visões de mundo, concepções, afetos, humores/ânimos e disposições, de acordo com o contexto. Esta perspectiva também enfatiza o conhecimento embutido em múltiplas conexões globais implexas e contextos sócio-históricos e políticos que afetam uns aos outros e os sujeitos envolvidos, ou seja, o que chamo de “encontros”.

ESTRUTURA DO LIVRO

Ao contrário de estágios de pós-doutorado, a Habilitação é um título. Em verdade, no mundo de fala alemã em geral, a Habilitação é o mais alto título acadêmico, como o título de Livre-Docência no Brasil, mas com algumas diferenças importantes, sobretudo o fato de que o habilitado não é necessariamente um docente permanente da instituição na qual defende o título. A Habilitação é defendida cerca de 10 anos ou mais após a defesa do doutorado, e apenas entre alguns daqueles que seguiram a carreira acadêmica propriamente dita e se dedicam em parte à docência (e não somente à pesquisa). Na prática, a Habilitação é essencialmente um profundo processo de reflexão sobre a maturidade do trabalho acadêmico do candidato. Este processo começa

com a escrita da tese, que é nada mais do que a autorreflexão do candidato em relação à sua contribuição geral ao campo acadêmico em questão para além daquilo que é compreendido na tese de doutorado, e acaba com a defesa pública, quando o candidato é avaliado por seus pares – incluindo tanto aqueles mais seniores quanto mais jovens. No Instituto para Antropologia Cultural e Social (KSA) da Universidade de Vienna, a tese de Habilitação é defendida de forma pública frente a um comitê composto por sete membros (incluindo dois representantes discentes e cinco docentes austríacos), após a avaliação de três revisores internacionais. Como a Livre-Docência, apenas uma parcela dos doutores no mundo de fala alemã defende teses de Habilitação. Entretanto, esse título finalmente habilita o acadêmico local a orientar alunos de doutorado, a participar de bancas de doutorado, e concede o direito, ao habilitado, de oferecer o curso de sua escolha na instituição que concede o título (independentemente da oferta semestral do departamento ou instituto). Justamente por ser baseado em uma tese de Habilitação, a estrutura deste livro é um tanto heterodoxa e autorreflexiva.

Minha tese foi “cumulativa”, ou seja, composta por dez publicações originalmente em inglês, revisadas por pares e indexadas. Para dar sentido a todo esse material previamente publicado, a tese começou com uma longa introdução original de cerca de trinta e uma mil palavras, que tinha o objetivo de refletir sobre a produção intelectual presente nos capítulos 3 a 12, a fim de elencar suas principais contribuições para a antropologia. A introdução da tese foi, neste livro, adaptada entre a presente introdução e os dois primeiros capítulos, formando a Parte 1 do livro. Tal como entendo, a antropologia é

essencialmente uma forma de epistemologia social, o que significa que é, na verdade, uma perspectiva a partir da qual se entende o domínio social.

Assim, a Parte 1 deste livro faz o que chamo de uma etnografia da minha própria trajetória e produção científica, ilustrando como esta produção evoluiu ao longo da minha trajetória acadêmica e, sobretudo, como esteve intrinsecamente atrelada aos seus suportes institucionais. Esta parte também introduz suscintamente meu processo de construção de interlocução em campo, tendo em vista os diversos cenários de pesquisa, suas complexidades e como meus métodos frequentemente se adaptaram a cada projeto de pesquisa relacionado a essas configurações de pesquisa. Parte dessa problematização sobre minha interlocução durante o trabalho de campo é também discutida com referência a uma discussão sobre suspeita e confiança que se constitui enquanto um dos eixos teórico-metodológicos deste livro, alçada sobre material apresentado na Parte 2.

Em outras palavras, através dessa autoetnografia da produção contida nesse livro, os primeiros capítulos buscam consolidar contribuições teórico-metodológicas desenvolvidas ao longo de dez anos, entre 2010 e 2020, presentes nos capítulos subsequentes. Estes primeiros capítulos discutem o material apresentado neste livro, enfocando as contribuições teórico-metodológicas e não as contribuições etnográficas igualmente importantes compiladas principalmente nos capítulos subsequentes. A razão principal para este formato é apresentar um enquadramento para a substância etnográfica apresentada nos capítulos compostos por republicações de originais em inglês. Além disso, este livro abrange o estudo de vários grupos sociais,

em contextos diversos, sob a rubrica de migrantes forçados árabes. Não seria possível introduzir aqui “os migrantes forçados árabes”, pois não poderia esperar torná-los empiricamente coerentes, nem poderia convocar toda a diversidade contida nesta categoria dentro dos limites espaciais desta introdução e fazer justiça à complexidade etnográfica que os cerca, sem deixar de focar a natureza e os objetivos de síntese dos primeiros três capítulos. Desta forma, junto à esta introdução, estes primeiros capítulos servem como um guia de leitura para os que seguem, que seguirão propositadamente sem uma conclusão. No lugar de uma conclusão, os capítulos introdutórios, reflexivos, dão coerência ao livro como um todo à medida que desconstruo minha abordagem heurística e apresento como conceitos, métodos, objetos e estratégias de pesquisa foram desenvolvidos e mobilizados. Isto, por sua vez, busca elucidar não apenas como desenvolvi o arcabouço teórico-metodológico para o estudo antropológico do processo de pertencimento social e organização social entre os árabes migrantes forçados que apresento neste livro, como também como os dados etnográficos foram produzidos.

O Capítulo 1 apresenta como cada um dos capítulos (autônomos) – de 3 a 12 – se relaciona com processos de pertencimento e organização social entre árabes migrantes forçados por meio da historicização e contextualização de como eles se desenrolaram por meio dos processos sócio-históricos que abordam e os projetos de pesquisa de onde surgem. Já o Capítulo 2 introduz meu engajamento com os diversos contextos do campo multilocal mais amplo, por meio da apresentação dos cenários de trabalho de campo e interlocutores de pesquisa. Por fim, os capítulos 3 a 12 são compostos por publicações originais em inglês e que podem

ser lidas segundo a perspectiva oferecida na sessão anterior desta introdução ou de forma autônoma, como foram originalmente concebidas.

Desde que defendi minha tese de Habilitação, venho continuando a desenvolver as ferramentas conceituais-metodológicas apresentadas neste livro, com ênfase no conceito de espaço subjuntivo e a antropologia dos encontros, aliada a uma “antropologia do lar e de processos domésticos”⁸. Essas ferramentas não se limitam exclusivamente na antropologia da migração forçada ou do mundo árabe, mas se baseiam em lições que aprendi ao cultivar conhecimento sobre estes temas. Espero que o leitor desde livro encontre formas positivas de incorporar as ferramentas e *insights* que ofereço aqui para sua própria prática antropológica em uma variedade de temas.

⁸ A publicação de um dossiê da HAU sobre lar e processos domésticos entre comunidades muçulmanas na diáspora que coordeno com Marzia Balzani (NYU Abu Dhabi) está previsto para ser publicado em dois volumes, sendo o primeiro (HAU 14.1) no primeiro semestre de 2024.